

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	918.160
Preferenciais	0
Total	918.160
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/01/2016	Dividendo	29/01/2016	Ordinária		15,29000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.091.888	2.156.430
1.01	Ativo Circulante	639.625	757.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.957	115.287
1.01.02	Aplicações Financeiras	80.223	109.737
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	80.223	109.737
1.01.03	Contas a Receber	256.742	276.383
1.01.03.01	Clientes	256.742	276.383
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	256.742	276.383
1.01.04	Estoques	5.442	5.756
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.412	47.998
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.412	47.998
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.817	3.973
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	129.032	197.981
1.01.08.03	Outros	129.032	197.981
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	8.809	14.799
1.01.08.03.03	Ativo financeiro setorial	82.028	136.602
1.01.08.03.04	Outros Créditos	38.195	46.580
1.02	Ativo Não Circulante	1.452.263	1.399.315
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	761.809	709.708
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	25.927	28.227
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.109	4.719
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.109	4.719
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	730.773	676.762
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	17.562	19.002
1.02.01.09.04	Créditos tributários	134.828	164.266
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	27.162	26.612
1.02.01.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	135.912	69.831
1.02.01.09.07	Contas receber da concessão	369.915	349.759
1.02.01.09.09	Consumidores e concessionárias	29.203	10.622
1.02.01.09.10	Ativos financeiro setorial	6.334	21.310
1.02.01.09.11	Outros créditos	9.857	15.360
1.02.02	Investimentos	79	88
1.02.02.01	Participações Societárias	79	88
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	79	88
1.02.03	Imobilizado	10.292	10.973
1.02.04	Intangível	680.083	678.546
1.02.04.01	Intangíveis	680.083	678.546
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	680.083	678.546

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.091.888	2.156.430
2.01	Passivo Circulante	531.403	583.924
2.01.02	Fornecedores	103.562	115.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	103.562	115.093
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.932	65.034
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.932	65.034
2.01.03.01.03	Tributos e contribuições sociais	55.932	65.034
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.909	192.785
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	172.909	192.785
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.017	75.683
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	106.892	117.102
2.01.05	Outras Obrigações	199.000	211.012
2.01.05.02	Outros	199.000	211.012
2.01.05.02.04	Folha de pagamentos	2.702	4.553
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	9.819	9.358
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	12.000	13.876
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação pública arrecadada	8.316	7.359
2.01.05.02.08	Benefício a empregados - plano de pensão	10.620	10.620
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	92.563	106.827
2.01.05.02.10	Encargos de dívidas - moeda nacional	1.473	1.421
2.01.05.02.11	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	3.872	2.221
2.01.05.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	21.643	19.213
2.01.05.02.13	Encargos setoriais	32.662	33.295
2.01.05.02.14	Outras contas a pagar	3.330	2.269
2.02	Passivo Não Circulante	817.480	877.699
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	609.234	655.255
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	609.234	655.255
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	232.385	244.178
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	376.849	411.077
2.02.02	Outras Obrigações	208.246	222.444
2.02.02.02	Outros	208.246	222.444
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.646	2.646
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	45.393	41.431
2.02.02.02.05	Benefícios a empregados - Plano de Pensão	69.854	67.199
2.02.02.02.07	Provisões para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	53.203	53.391
2.02.02.02.08	Passivo financeiro setorial	23.734	43.710
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	12.435	12.071
2.02.02.02.10	Outros	981	1.996
2.03	Patrimônio Líquido	743.005	694.807
2.03.01	Capital Social Realizado	487.457	487.457
2.03.02	Reservas de Capital	97.002	97.002
2.03.04	Reservas de Lucros	124.514	138.554
2.03.04.01	Reserva Legal	62.526	62.526
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	61.988	61.988
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	14.040
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.238	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.206	-28.206

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	346.292	344.141
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-274.683	-245.755
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-169.169	-157.907
3.02.02	Encargo uso sistema transm.distribuição	-25.189	-19.890
3.02.03	Pessoal e administradores	-16.452	-14.125
3.02.04	Entidade de previdência privada	-2.968	-2.127
3.02.05	Material	-3.086	-2.641
3.02.06	Serviços de terceiros	-8.871	-8.502
3.02.07	Depreciação e amortização	-13.069	-12.131
3.02.08	Custo de construção	-31.350	-33.489
3.02.10	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-2.437	7.108
3.02.11	Outras	-2.092	-2.051
3.03	Resultado Bruto	71.609	98.386
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.710	-28.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.754	-27.129
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-8.872	-10.293
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-2.666	-749
3.04.02.03	Material	-690	-602
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-13.204	-12.725
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-2.141	-1.960
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.844	1.960
3.04.02.07	Outras	-4.025	-2.760
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	314
3.04.04.01	Outras	0	314
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-956	-2.127
3.04.05.01	Outras	-956	-2.127
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.899	69.444
3.06	Resultado Financeiro	54.310	-58.510
3.06.01	Receitas Financeiras	25.794	21.742
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	8.183	2.058
3.06.01.02	Variação monet. e acresc.moratório de energia	8.389	10.143
3.06.01.03	Atualização contas a receber da concessão - VNR	9.286	3.553
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-1.701	0
3.06.01.05	Atualização financeira CVA	0	5.041
3.06.01.06	Outras receitas	1.637	947
3.06.02	Despesas Financeiras	28.516	-80.252
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-9.467	-9.696
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var.monet e cambial	45.902	-66.947
3.06.02.03	(-) Transf.para ordens em curso	671	901
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	1.087	-8.599
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	50.832	-32.757
3.06.02.06	Marcação a mercado da dívida	-2.777	0
3.06.02.07	Atualização financeira CVA	-1.178	-517
3.06.02.08	Atualização PEE e P&D	-339	-295
3.06.02.09	Atualização contingência	-1.656	-1.512

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.06.02.10	Despesas bancárias	-200	-364
3.06.02.11	Despesa de Aval	-2.530	-1.678
3.06.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	-50.478	45.702
3.06.02.13	Outras despesas financeiras	-1.351	-4.490
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95.209	10.934
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.971	13.718
3.08.01	Corrente	-3.533	-8.465
3.08.02	Diferido	-29.438	22.183
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.238	24.652
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.238	24.652
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	67,78557	26,84935
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	67,78557	26,84935

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	62.238	24.652
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.238	24.652

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.225	93.954
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.845	75.824
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	95.209	10.934
6.01.01.02	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-60.546	71.000
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.437	-7.108
6.01.01.04	Depreciação e amortização	15.210	14.090
6.01.01.05	Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	-1.844	-1.960
6.01.01.07	(Ganho) perda na baixa de ativo intangível e imobilizado	956	1.813
6.01.01.08	Marcação a mercado da dívida	2.777	0
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	50.478	-45.702
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-50.832	32.757
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.380	18.130
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	8.099	-10.192
6.01.02.03	(Aumento) de ativos regulatórios	69.550	-8.886
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	314	-380
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-7.974	-2.639
6.01.02.06	(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados	-550	-590
6.01.02.07	Diminuição de despesas pagas antecipadamente	156	383
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos	12.941	678
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de fornecedores	-8.426	7.993
6.01.02.10	(Diminuição) de folha de pagamento	-1.851	0
6.01.02.11	Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	-6.050	10.842
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.580	-11.640
6.01.02.13	Aumento de passivos regulatórios	-35.418	19.829
6.01.02.14	(Diminuição) de obrigações estimadas	461	-4.839
6.01.02.15	Aumento de encargos do consumidor a recolher	-1.876	5.930
6.01.02.16	Aumento de outras contas a pagar	2.584	11.641
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.523	-40.324
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-29.448	-33.240
6.02.04	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	39.607	-7.398
6.02.06	Alienação de Bens do Imobilizado e Intangível	-636	314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.078	-28.541
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	0	25.486
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-21.493	-50.801
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-8.238	-8.448
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-57.307	21.122
6.03.05	Pagamento de dividendos	-14.040	-15.900
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.330	25.089
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	115.287	45.979
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.957	71.068

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	487.457	97.002	138.554	0	-28.206	694.807
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	487.457	97.002	138.554	0	-28.206	694.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.040	0	0	-14.040
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.040	0	0	-14.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.238	0	62.238
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.238	0	62.238
5.07	Saldos Finais	487.457	97.002	124.514	62.238	-28.206	743.005

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	461.424	97.002	134.595	0	-21.545	671.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.424	97.002	134.595	0	-21.545	671.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.901	0	0	-15.901
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.901	0	0	-15.901
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.652	0	24.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.652	0	24.652
5.07	Saldos Finais	461.424	97.002	118.694	24.652	-21.545	680.227

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	565.102	528.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	534.704	486.485
7.01.02	Outras Receitas	814	314
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	32.021	34.390
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.437	7.108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-275.954	-256.261
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-212.824	-193.654
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.380	-24.822
7.02.04	Outros	-36.750	-37.785
7.03	Valor Adicionado Bruto	289.148	272.036
7.04	Retenções	-15.210	-14.090
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.210	-14.090
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	273.938	257.946
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.495	21.741
7.06.02	Receitas Financeiras	27.495	21.741
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	301.433	279.687
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	301.433	279.687
7.08.01	Pessoal	26.626	22.842
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.050	14.833
7.08.01.02	Benefícios	6.314	5.896
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.262	2.113
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	239.769	150.374
7.08.02.01	Federais	109.141	37.476
7.08.02.02	Estaduais	130.502	112.767
7.08.02.03	Municipais	126	131
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-27.200	81.819
7.08.03.01	Juros	-27.845	81.153
7.08.03.02	Aluguéis	645	666
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.238	24.652
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.238	24.652

Comentário do Desempenho

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2016

João Pessoa, 13 de maio de 2016 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.360 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre de 2016 e 2015:

Descrição	1T16	1T15	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	566,1	518,2	+ 9,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	534,7	484,7	+ 10,3
Receita Operacional Líquida	346,3	344,1	+ 0,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	314,9	310,6	+ 1,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	40,9	69,4	- 41,1
EBITDA	56,1	83,6	- 32,9
EBITDA Ajustado	64,5	93,7	- 31,2
Resultado financeiro	54,3	(58,5)	-
Lucro Líquido	62,2	24,7	+ 151,8
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	2.091,9	1.905,3	+ 9,8
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	218,2	118,2	+ 84,6
Patrimônio Líquido	743,0	680,2	+ 9,2
Endividamento Líquido''	537,3	461,4	+ 16,4
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.360,3	1.326,2	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	933,6	993,8	- 6,1
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.133,4	1.079,9	+ 5,0
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,56	12,35	+ 0,21 p.p.
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	18,6	27,2	- 8,6 p.p.
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,7	1,6	+ 6,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 534,7 milhões, ante R\$ 484,7 milhões registrados em 2015, um aumento de 10,3% (R\$ 50,0 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 1,4% (R\$ 4,3 milhões) no período, para R\$ 314,9 milhões.

Comentário do Desempenho

Dentre os fatores que impactaram as receitas no 1T16 se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um crescimento de 2,6%, as vendas de energia elétrica no mercado cativo caíram 6,1% (vide item 3 deste comentário de desempenho);
- Reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 34,1 milhões, contra R\$ 15,5 milhões no 1T15;
- Redução das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que no 1T16 foi de R\$ 29,7 milhões, contra R\$ 32,9 milhões no 1T15;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro no 1T16 foi de R\$ 36,0 milhões, contra R\$ 7,6 milhões no 1T15.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	525,3	461,4	+ 13,8	+ 63,9
✓ Residencial	259,1	220,2	+ 17,7	+ 38,9
✓ Industrial	57,0	56,5	+ 0,9	+ 0,5
✓ Comercial	111,9	101,1	+ 10,7	+ 10,8
✓ Rural	22,7	19,0	+ 19,5	+ 3,7
✓ Outras classes	74,6	64,6	+ 15,5	+ 10,0
(+) Suprimento de energia elétrica	6,0	1,3	+ 361,5	+ 4,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	(6,0)	(6,8)	- 11,8	+ 0,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	10,7	10,1	+ 5,9	+ 0,6
(+) Receitas de construção	31,4	33,5	- 6,3	- 2,1
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(34,1)	(15,5)	+ 120,0	- 18,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	29,7	32,9	- 9,7	- 3,2
(+) Outras receitas	3,1	1,3	+ 138,5	+ 1,8
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	566,1	518,2	+ 9,2	+ 47,9
(-) Impostos sobre vendas	180,0	157,9	+ 14,0	+ 22,1
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	0,1	5,5	- 98,2	- 5,4
(-) Encargos setoriais	39,7	10,7	+ 271,0	+ 29,0
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	346,3	344,1	+ 0,6	+ 2,2
(-) Receitas de construção	31,4	33,5	- 6,3	- 2,1
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	314,9	310,6	+ 1,4	+ 4,3

2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

2.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 29,4 milhões, ante os R\$ 27,9 milhões registrados no mesmo trimestre de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1 com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

2.2.2 Subvenções tarifárias

No 1T16, a Agência Nacional de Energia Elétrica homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Paraíba pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 29,7 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

Comentário do Desempenho

2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 274,0 milhões em 2016, ante os R\$ 241,2 milhões em 2015, crescimento de 13,6% (R\$ 32,8 milhões). Desse total, as despesas controláveis cresceram 9,9% (R\$ 5,1 milhões), totalizando R\$ 56,8 milhões. As despesas não controláveis cresceram 9,3%, totalizando R\$ 194,4 milhões, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
1 Despesas controláveis	56,8	51,7	+ 9,9	+ 5,1
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	30,9	27,3	+ 13,2	+ 3,6
1.2 Material	3,8	3,2	+ 18,8	+ 0,6
1.3 Serviços de terceiros	22,1	21,2	+ 4,2	+ 0,9
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	194,4	177,8	+ 9,3	+ 16,6
3 Depreciação e amortização	15,2	14,1	+ 7,8	+ 1,1
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	0,6	(9,1)	-	+ 9,7
5 Outras despesas/receitas	7,0	6,7	+ 4,5	+ 0,3
Subtotal	274,0	241,2	+ 13,6	+ 32,8
6 Custo de construção (*)	31,4	33,5	- 6,3	- 2,1
Total	305,4	274,7	+ 11,2	+ 30,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 62,2 milhões, ante os R\$ 24,7 milhões registrados no mesmo período de 2015, crescimento de 151,8%. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 64,5 milhões no 1T16, contra os R\$ 93,7 milhões apurados no 1T15, redução de 31,2%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
(=) Lucro Líquido	62,2	24,7	+ 151,8	+ 37,5
(-) Contribuição social e imposto de renda	(33,0)	13,7	-	- 46,7
(-) Resultado financeiro	54,3	(58,5)	-	+ 112,8
(-) Depreciação e amortização	(15,2)	(14,1)	+ 7,8	- 1,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	56,1	83,6	- 32,9	- 27,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	8,4	10,1	- 16,8	- 1,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	64,5	93,7	- 31,2	- 29,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	18,6	27,2		- 8,6 p.p.

2.5 Resultado financeiro e endividamento

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) refletiu os efeitos da valorização do real frente ao dólar, que culminou em uma variação de 8,9%. Já o CDI se manteve no mesmo patamar de dezembro do ano passado. Como parte destes efeitos, sobretudo da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, o resultado financeiro líquido no 1T16 representou uma receita financeira líquida de R\$ 54,3 milhões, ante a despesa de R\$ 58,5 milhões registrados no 1T15.

Comentário do Desempenho

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Paraíba totalizou R\$ 207,5 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Paraíba, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 569,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 537,3 milhões em 31 de março de 2016.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Paraíba em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2016	31/12/2015
Curto Prazo	201,6	211,4
Empréstimos e financiamentos	172,9	192,8
Encargos de dívidas	5,3	3,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	10,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	12,8	4,4
Longo Prazo	543,2	652,7
Empréstimos e financiamentos	609,2	655,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	69,9	67,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(135,9)	(69,8)
Total das dívidas	744,8	864,1
(-) Disponibilidades financeiras	218,2	258,0
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	17,2	29,4
(-) Créditos CVA	(27,9)	7,4
Total das dívidas líquidas	537,3	569,3

3 Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.017,3 GWh, redução de 7,8% em relação a igual período do ano anterior. A queda no consumo foi impulsionada pela classe industrial, que mostrou retração de 18,3% no trimestre, considerando os mercados cativo e livre.

A energia total distribuída no 1T16 foi de 1.133,4 GWh, ante os 1.079,9 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres		
	1T16	1T15	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	933,6	993,8	- 6,1
✓ Residencial	415,7	424,8	- 2,1
✓ Industrial	117,0	136,0	- 14,0
✓ Comercial	179,2	188,2	- 4,8
✓ Rural	60,0	74,5	- 19,5
✓ Outras Classes	161,7	170,3	- 5,0
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	83,7	109,6	- 23,6
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.017,3	1.103,4	- 7,8
4 Suprimento de energia e não faturado	116,1	(23,5)	-
5 Energia Total Distribuída (3+4)	1.133,4	1.079,9	+ 5,0

Comentário do Desempenho

A Energisa Paraíba encerrou o 1T16 com 1.360.311 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no 1T15. Já o número de consumidores livres totalizou 22 em 31 de março de 2016.

Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Paraíba, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas de energia elétrica da Energisa Paraíba situaram em 12,56%, no 1T16, contra 12,35% registrado em igual período do ano passado.

4 Investimentos

No 1T16, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 35,3 milhões, contra R\$ 35,4 milhões registrados no 1T15.

5 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba nos primeiros três meses de 2016 foi de R\$ 254 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.360.333 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgada à Energisa PB a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL.

Notas Explicativas

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto a adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	24.676	29.827
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	82.281	85.460
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	56.785	36.879
Compromissada ⁽¹⁾	25.496	48.581
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	106.957	115.287

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2016 equivale a 112,00% do CDI (111,30% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas de 101,5% a 103,2% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	106.150	137.964
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	27.244	29.287
Compromissada ⁽¹⁾	32	-
Fundo de Investimento ⁽²⁾	653	699
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	78.068	107.429
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	14.774	20.204
Debêntures	30.026	37.091
Compromissadas	664	4.511
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE ⁽⁴⁾	1.437	35
Títulos públicos	5.596	175
Fundo de Renda Fixa	23.552	45.413
Letra financeira (LF)	2.019	-
Outros instrumentos	153	549
2) Mantidas até o vencimento	5.109	4.719
Fundo de investimento em direitos creditórios-FIDC ⁽⁵⁾	5.109	4.719
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁶⁾	111.259	142.683
Circulante	80.223	109.737
Não Circulante	31.036	32.946

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 69,07% a 101,85% do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 100,31% até 135,09% do CDI.

(4) Depósito a prazo com garantia especial - DPGE - com vencimento em 08/04/2016 e 18/04/2016.

(5) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.

(6) Inclui R\$33.190 (R\$35.254 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre

Notas Explicativas

outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2016 equivale a 112,00% do CDI (111,30% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Provisão p/ devedores duvidosos (4)	Total		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		há mais de 360 dias	31/03/2016	31/12/2015
Valores correntes: (1)									
Residencial	30.225	-	41.596	4.812	156	40	(5.008)	71.821	70.016
Industrial	20.283	-	2.136	568	834	5.496	(5.496)	23.821	25.474
Comercial	23.373	-	7.394	1.049	440	1.674	(2.114)	31.816	33.681
Rural	3.179	-	3.526	802	43	53	(53)	7.550	8.922
Poder público	12.151	-	6.877	179	124	91	(91)	19.331	13.784
Iluminação pública	8.833	-	3.445	164	132	6	(6)	12.574	10.302
Serviço público	5.341	-	292	85	83	1	(1)	5.801	6.196
Fornecimento não faturado	45.877	-	-	-	-	-	-	45.877	51.831
Valores renegociados:									
Residencial	2.344	8.399	1.575	517	728	4.798	(8.902)	9.459	10.472
Industrial	1.011	1.774	330	126	189	3.014	(3.767)	2.677	4.209
Comercial	814	2.781	334	106	192	2.589	(3.427)	3.389	2.802
Rural	286	598	128	64	95	808	(1.197)	782	774
Poder público	2.342	37.092	892	34	30	48	(218)	40.220	43.045
Iluminação pública	560	4.825	187	13	10	14	(530)	5.079	6.774
Serviço público	6.249	8.862	34	14	15	193	(821)	14.546	7.670
(-) Ajuste valor Presente (3)	(316)	(18.442)	-	-	-	-	-	(18.758)	(19.845)
Subtotal -clientes	162.552	45.889	68.746	8.533	3.071	18.825	(31.631)	275.985	276.107
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	8.436	-	-	-	-	40	(40)	8.436	10.583
Outros	1.524	-	-	-	-	753	(753)	1.524	315
Total	172.512	45.889	68.746	8.533	3.071	19.618	(32.424)	285.945	287.005
Circulante								256.742	276.383
Não Circulante								29.203	10.622

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de março de 2016, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$8.413 (R\$10.623 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$48 (R\$5.513 em 31 de dezembro de 2015), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$13.062 (R\$28.579 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	8.373	10.583
Créditos vencidos (*)	40	40
	8.413	10.623
(-) Aquisições de energia na CCEE	(48)	(5.513)
(-) Encargos de serviços do sistema	(13.062)	(28.579)
	(4.697)	(23.469)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

(3) Ajuste a valor presente : refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 14,13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante; e

(4) Provisão para créditos de devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;

Notas Explicativas

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida no período/ exercício de 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação das provisões	31/03/2016	31/12/2015
Saldo - inicial -circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	30.199	34.852
Provisões constituídas no período/ exercício	2.647	6.996
Reversão de provisões no período/ exercício	(210)	(11.649)
Saldo - final - circulante - 31/03/2016 e 31/12/2015	32.636	30.199
Consumidores e concessionárias	32.424	30.017
Outras contas a receber	212	182

7. Tributos a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	21.251	19.573
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	4.731	4.407
Imposto de Renda - IRPJ (c)	23.304	22.527
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (c)	12.620	7.026
Contribuição do PIS e COFINS (d)	11.029	13.467
Outros	2.039	-
	74.974	67.000
Circulante	57.412	47.998
Não circulante	17.562	19.002

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

8. Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.938 de 25 de agosto de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 28 de agosto de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,79%.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,8%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 3,02%.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na

Notas Explicativas

regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	123.205	(21.858)	(42.490)	(451)	-	58.406	56.653	1.753	57.822	584
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	2.483	-	72	-	2.555	-	2.555	1.703	852
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	4.711	583	(1.360)	51	-	3.985	1.813	2.172	3.261	724
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.997	(3.637)	(6.885)	322	-	16.797	9.180	7.617	14.258	2.539
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	4.170	-	-	398	4.568	-	4.568	3.045	1.523
Exposição de submercados	2.999	-	(1.285)	-	-	1.714	1.714	-	1.714	-
Outros itens financeiros	-	75	-	-	262	337	-	337	225	112
Total Ativo	157.912	(18.184)	(52.020)	(6)	660	88.362	69.360	19.002	82.028	6.334

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	665	-	(285)	-	-	380	380	-	380	
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	22.610	21.142	(10.825)	257	-	33.184	14.433	18.751	26.934	6.250
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	251	-	(278)	-	398	371	371	-	371	-
Sobrecontratação de energia (ii)	107.981	(23.370)	(14.209)	915	-	71.317	18.947	52.370	53.860	17.457
CUSD	506	(24)	(172)	-	-	310	229	81	283	27
Outros itens financeiros	18.524	-	(8.051)	-	262	10.735	10.734	1	10.735	-
Total Passivo	150.537	(2.252)	(33.820)	1.172	660	116.297	45.094	71.203	92.563	23.734
Saldo líquido	7.375	(15.932)	(18.200)	(1.178)	-	(27.935)	24.266	(52.201)	(10.535)	(17.400)

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS - representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

(iv) Neutralidade - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10. Outros créditos

	31/03/2016	31/12/2015
Baixa renda (1)	6.014	11.082
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	20.017	18.339
Ordens de serviço em curso - outros	241	431
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	11.160	18.308
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.434	1.611
Ressarcimento geradoras (3)	8.570	11.133
Adiantamentos	307	892
Outros	309	144
Total	48.052	61.940
Circulante	38.195	46.580
Não circulante	9.857	15.360

Notas Explicativas

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa Renda

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo - inicial 31/12/2015 e 31/12/2014	11.082	23.574
Subvenção baixa renda	17.565	67.959
Ressarcimento Eletrobrás	(22.633)	(80.451)
Saldo- final - circulante -31/03/2016 e 31/12/2015	6.014	11.082

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo - inicial 31/12/2015 e 31/12/2014	18.308	26.642
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	12.148	60.165
Ressarcimento Eletrobrás	(19.296)	(70.109)
Atualização monetária (*)	-	1.610
Total	11.160	18.308

(*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de março de 2016, o saldo em aberto corresponde à subvenção incorrida nos meses de outubro de 2015 a dezembro de 2015, cujos ressarcimentos ocorreram em janeiro de 2016 e fevereiro de 2016.

(3) Ressarcimento geradoras

A Companhia reconheceu até 31 de março de 2016, R\$8.570 como redutor de custo de energia comprada, referente aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na modalidade de contratos por disponibilidade que possuem obrigação de entrega de um montante mínimo vinculado a estes contratos. Caso ocorra indisponibilidade de energia e/ou de geração verificada inferior à inflexibilidade da usina, os geradores ficam obrigados, conforme Procedimentos de Comercialização Vigentes, a compensar as Distribuidoras por meio de ressarcimentos.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação

Notas Explicativas

judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Parapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas no período:

	Serviços contratados (Despesa) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval (Despesa financeira) ⁽³⁾	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	6.472	-	2.530	-	2.013
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	143	-	-	230
Energisa Soluções S/A	4	-	-	-	-
31/03/2016	6.476	143	2.530	-	2.243
31/03/2015	5.934	234	1.678	-	-
31/12/2015	-	-	-	245	2.119

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No período findo em 31 de março 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$390 (R\$363 em 31 de março de 2015) e da Diretoria foi de R\$281 (R\$261 em 31 de março de 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$141 (R\$161 em 31 e março de 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$157 (R\$146 em 31 de março de 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$65 e R\$5 (R\$60 e R\$5 em 31 de março de 2015), respectivamente. A remuneração média no período de 2016 foi de R\$19 (R\$16 em 31 de março de 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$9.976 (R\$9.280 para o exercício de 2015).

Notas Explicativas

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	145.223	150.826
Contribuição social sobre o lucro líquido	52.280	54.297
Total - não circulante	197.503	205.123
Passivo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	46.085	30.042
Contribuição social	16.590	10.815
	62.675	40.857
Totais líquidos - ativos não circulantes	134.828	164.266

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2016		31/12/2015	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Variações cambiais passivas	158.890	54.023	206.465	70.198
Créditos fiscais - ágio (1)	164.373	55.887	167.313	56.886
Provisão ajuste atuarial	85.276	28.994	82.708	27.954
Provisões para riscos - contingências civis, trabalhistas e fiscais.	53.203	18.089	53.391	18.153
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	25.991	8.837	23.555	8.009
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	26.533	9.020	26.169	8.897
Ajuste a valor presente	18.758	6.378	19.845	6.747
Ativo financeiro setorial (CVA´s)	27.935	9.498	12.084	4.109
Outras adições temporárias	19.932	6.777	11.774	4.170
Marcação a mercado - divida	(2.041)	(694)	(4.818)	(1.638)
Marcação a mercado - derivativo	(123.078)	(41.846)	(65.417)	(22.242)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(59.220)	(20.135)	(49.933)	(16.977)
Total - ativo não circulante	396.552	134.828	483.136	164.266

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2016	8.490
2017	13.701
2018	12.242
2019	20.446
2020	24.327
2021 a 2025	118.297
Total	197.503

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	95.209	10.934
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(32.371)	(3.718)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	-	16.949
Outras adições permanentes (**)	(600)	-
Outras exclusões permanentes (**)	-	487
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(32.971)	13.718
Alíquota efetiva	34,6%	-

(*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 31 de março de 2015 no montante de R\$16.949, registrado diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07. Não foi apurado base de cálculo de lucro de exploração em 31 de março de 2016.

(**) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Notas Explicativas

13. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 31 de março de 2016, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$9.286 (R\$3.553 em 31 de março de 2016). Incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de março de 2016, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/03/2016	31/12/2015
Ativo financeiro - 31/12/2015 e 31/12/2014	349.759	276.224
Adições no período/ exercício (*)	11.368	53.975
Baixas no período/ exercício	(498)	(2.093)
Ativo financeiro	360.629	328.106
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	9.286	21.653
Ativo financeiro custo corrigido- 31/03/2016 e 31/12/2015	369.915	349.759

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14. Intangível e Imobilizado

	31/03/2016	31/12/2015
Intangível - Contrato de concessão	680.083	678.546
Imobilizado	10.292	10.973
Total	690.375	689.519

Notas Explicativas

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2016
Intangível em Serviço						
Custo	1.337.313	-	21.291	(1.881)	-	1.356.723
Amortização Acumulada	(555.974)	-	-	747	(16.939)	(572.166)
Subtotal	781.339	-	21.291	(1.134)	(16.939)	784.557
Em Curso	61.024	35.262	(21.291)	(13.476)	-	61.519
Total	842.363	35.262	-	(14.610)	(16.939)	846.076
Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	197.401	-	2.860	-	-	200.261
Amortização Acumulada	(56.327)	-	-	-	(2.370)	(58.697)
Subtotal	141.074	-	2.860	-	(2.370)	141.564
Em Curso	22.743	6.654	(2.860)	(2.108)	-	24.429
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	163.817	6.654	-	(2.108)	(2.370)	165.993
Total Intangível	678.546	28.608	-	(12.502)	(14.569)	680.083
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	17.012	-	3	-	-	17.015
Veículos	120	-	-	-	-	120
Móveis e utensílios	12.365	-	-	-	-	12.365
Total do imobilizado em serviço	29.824	-	3	-	-	29.827
Edificações e benfeitorias	(114)	-	-	-	(3)	(117)
Máquinas e equipamentos	(10.294)	-	-	-	(546)	(10.840)
Veículos	(112)	-	-	-	(2)	(114)
Móveis e utensílios	(8.331)	-	-	-	(133)	(8.464)
Total Depreciação acumulada	(18.851)	-	-	-	(684)	(19.535)
Subtotal Imobilizado	10.973	-	3	-	(684)	10.292
Imobilizado em curso	-	3	(3)	-	-	-
Total do Imobilizado	10.973	3	-	-	(684)	10.292
Total Intangível e Imobilizado	689.519	28.611	-	(12.502)	(15.253)	690.375

(*) Das baixas no montante de R\$12.502, R\$11.368 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$1.134 referem-se à baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,46% (4,40% em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor	89.887	84.939
Participação da União - recursos CDE	125.966	125.966
Participação do Governo do Estado	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	14.293	12.587
(-) Amortização acumulada	(58.697)	(56.327)
Total	183.387	179.103
Alocação:		
Contas a receber da concessão	17.394	15.286
Infraestrutura - Intangível em serviço	141.564	141.074
Infraestrutura - Intangível em curso	10.136	10.156
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	14.293	12.587
Total	183.387	179.103

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015 passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 31 de março de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$14.293 (R\$12.587 em 31 de dezembro de 2015), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado:

Taxas de depreciação praticada pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	31/03/2016	31/12/2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,24%	16,24%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

Notas Explicativas

15. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento:		
CCEE	48	5.513
Contratos Bilaterais (1)	70.133	60.355
Encargos do serviço de sistema (1)	13.062	28.579
Conexão à rede (1)	405	405
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	474	499
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.524	3.414
Materiais, serviços e outros (2)	18.562	18.974
Total	106.208	117.739
Circulante	103.562	115.093
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	300.249	321.025
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	485.782	532.997
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.473	1.421
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	3.872	2.221
(-) Custos a amortizar	(1.847)	(1.164)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(2.041)	(4.818)
Total	787.488	851.682
Circulante	178.254	196.427
Não Circulante	609.234	655.255

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias
	31/03/2016	31/12/2015					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	61.711	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	6.117	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar-22	Mensal	1,25%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	1,25%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	18.564	28.809	SELIC	mar-16	Mensal	3,26%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	11.901	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	1,95%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	38.610	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun-17	Mensal	2,88%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	3.037	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	2,03%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	25.769	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez-23	Mensal	2,76% a 4,11%	A
Repasse BNDES - BNB	23.384	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan-19	Mensal	2,73% a 2,98%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	28.889	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	7.819	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	5.967	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	21.013	20.309	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	5.687	5.497	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	4.340	4.194	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	4,35%	A
FINAME - Itaú	34.112	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago-23	Mensal	0,63% a 2,50%	A
Parcelamento FUNASA	4.802	4.889	IPCA	dez-29	Mensal	2,62%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.847)	(1.164)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	299.875	321.282					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	217.866	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr-18	Anual	-7,99%	A
Resolução 4131 -Citibank ^(1 e 4)	235.941	258.875	Libor + 1,90% a.a.	mai-19	Anual	-7,76%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 4)	35.847	39.307	Libor + 2,5% a.a.	out-16	Final	-7,61%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(2.041)	(4.818)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	487.613	530.400					
Total	787.488	851.682					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$31.036 (R\$32.946 em 31 de dezembro de 2015), registrados na rubrica, “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 24).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 24).
- (3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até março de 2016 foram liberados R\$72.299, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Notas Explicativas

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.

(4) O contrato possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 24). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.

(5) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

(6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Fime são garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-8,86%	47,01%
TJLP	1,88%	7,00%
SELIC	3,26%	13,32%
CDI	3,25%	13,24%
LIBOR	0,62%	0,29%
IPCA	2,62%	10,67%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2016
2017	241.156
2018	198.810
2019	97.215
2020	43.880
Após 2020	28.173
Total	609.234

Seguem as movimentações ocorridas no período/ exercício:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	851.683	624.832
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	223.145
Custos Apropriados	(806)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(36.435)	211.220
Marcação a Mercado das Dívidas	2.777	(4.818)
Pagamento de principal	(21.493)	(159.951)
Pagamento de juros	(8.238)	(42.745)
Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015	787.488	851.683
Circulante	178.254	196.428
Não circulante	609.234	655.255

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	73	97	290	460
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	83	55	-	138
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	21	13	-	34
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	78	104	156	338
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	116	155	606	877
	371	424	1.052	1.847

17. Tributos e Contribuições Sociais

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto s/ circulação demercadorias e serviços - ICMS	41.201	40.476
Encargos sociais	2.346	2.943
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	32.300	29.734
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	12.081	11.214
Contribuições ao PIS e a COFINS	12.257	20.213
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	459	968
Outros	681	917
Total	101.325	106.465
Circulante	55.932	65.034
Não circulante	45.393	41.431

18. Encargos setoriais

	31/03/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.000	13.876
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	430	720
Ministério de Minas e Energia - MME	215	360
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.548	10.305
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.904	20.105
Total	45.097	45.366
Circulante	32.662	33.295
Não-circulante	12.435	12.071

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Notas Explicativas

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

19. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	21.953	29.080	2.358	53.391	51.097
Provisão contingências	521	2.388	2	2.911	15.512
Reversões de provisões	(327)	(1.604)	(626)	(2.557)	(9.187)
Pagamentos	(1.076)	(1.121)	-	(2.197)	(8.837)
Atualização	662	928	65	1.655	4.806
Saldos finais - 31/03/2016 e 31/12/2015	21.733	29.671	1.799	53.203	53.391
Depósitos e cauções vinculados (*)				(5.255)	(7.021)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$27.162 (R\$26.612 em 31 de dezembro de 2015) dos quais R\$21.907 (R\$19.591 em 31 de dezembro de 2015) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

Perdas prováveis

Trabalhistas:

A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos moral, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) responsabilidade subsidiária (horas extras, vínculo, 13º salário, adicional periculosidade), (iii) indenização (acidente de trabalho, danos morais e materiais, verbas contratuais), entre outros, estando a variação relacionada a (i) novos entrantes propostos no período, (ii) atualização monetária da base de ativos, (iii) alteração de provisão aumentos e baixas e (iv) reversões ocorridas no período.

No período foram constituídas cerca de R\$521 de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual. Entretanto a companhia realizou pagamentos da ordem de R\$1.076, e por consequência reverteu provisões de R\$327, fruto de arquivamentos de ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento.

Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente Indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros).

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2016 foram constituídas cerca de R\$2.388 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, envolvendo as discussões sobre o recebimento de desvio no ramal, violação no aparelho de medição, procedimento irregular no medidor, oscilação de tensão, suspensão indevida, entre outros. Entretanto a companhia realizou pagamentos da ordem de R\$1.121, e por consequência reverteu provisões de R\$1.604, fruto de arquivamentos de ações, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoráveis à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento da condenação.

Fiscais:

Refere-se a discussões relacionadas a tributos (IRPJ, CSLL, IPTU, ISS) e ação regressiva acidentária (auxílio doença por acidente de trabalho). Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, pois encontram-se devidamente garantidos.

Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

Os processos relacionados o ISS, tramitam na esfera administrativa onde se discute ausência de retenção do imposto, no que tange a questões de compartilhamento de infra estrutura, já em fase de encerramento.

O processo de IRPJ/CSLL trata de diferenças apuradas no exercício 1997 a 2001, estando o processo em fase de andamento no CARF.

Os processos que envolvem ação regressiva acidentária estão relacionados a ressarcimento ao INSS pelos custos que arcou para tratar a saúde dos empregados acidentados.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$425.184 (R\$378.269 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Os aumentos apresentados envolvem movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas:

Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu no montante R\$21.727 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Notas Explicativas

O aumento registrado ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2016 envolve movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$122.720 (R\$85.079 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

O aumento registrado durante o trimestre findo em 31 de março de 2016 refere-se basicamente à entrada de um processo administrativo relacionado a auto de infração, com valor envolvido de R\$25.455, onde se discute aquisições de mercadorias objeto de creditamento no Livro CIAP (Controle do Crédito do Ativo Permanente) que supostamente não poderiam ser considerados de Ativo Fixo, por não serem de propriedade da Impugnante, mas sim do Poder Concedente (União Federal).

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$280.737 (R\$271.790 em 31 de dezembro de 2015) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

O aumento registrado ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2016 envolve movimentações relacionadas à atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$487.457 (R\$487.457 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

Notas Explicativas

21. Receita operacional

	31/03/2016			31/03/2015		
	Não revisadas pelos auditores independentes			Não revisadas pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.118.556	415.685	259.143	1.087.878	424.762	220.215
Industrial	4.265	117.019	56.993	4.449	136.037	56.479
Comercial	93.430	179.259	111.890	93.226	188.244	101.062
Rural	126.112	60.006	22.742	122.898	74.449	18.960
Poder Público	15.970	55.087	34.984	15.816	59.693	30.377
Iluminação Pública	689	59.714	23.119	665	57.404	18.817
Serviço Público	1.041	45.672	16.532	1.035	52.078	15.441
Consumo Próprio	248	1.222	-	237	1.154	-
Subtotal	1.360.311	933.664	525.403	1.326.204	993.821	461.351
Suprimento	-	120.489	6.025	-	21.490	1.273
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(4.418)	(5.955)	-	(45.054)	(6.806)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	22	-	10.730	21	-	10.080
Receita de Construção (1)	-	-	31.350	-	-	33.489
Outras receitas operacionais	-	-	4.625	-	-	3.154
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(440)	-	-	(647)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(1.265)	-	-	(1.112)
Constituição e Amortiz-CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(34.132)	-	-	(15.467)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	29.713	-	-	32.900
Total - receita operacional bruta	1.360.333	1.049.735	566.054	1.326.225	970.257	518.215
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	130.502	-	-	112.767
PIS	-	-	8.807	-	-	8.029
COFINS	-	-	40.564	-	-	36.983
ISS	-	-	126	-	-	111
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.575	-	-	1.554
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	36.001	-	-	7.580
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.575	-	-	1.554
Deduções Bandeiras tarifárias	-	-	99	-	-	5.496
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	513	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	219.762	-	-	174.074
Total - receita operacional líquida	1.360.333	1.049.735	346.292	1.326.225	970.257	344.141

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

Notas Explicativas

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2016, foram de R\$29.371, tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$99 (R\$5.496 em 31 de março de 2015).

Para os meses de janeiro a março de 2016 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2016	31/03/2015
Janeiro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 (n° 583 de 4 de março de 2015)	-	(1.755)
Fevereiro	Despacho 797 de 30 de março de 2016 (n° 8.297 de 30 de março de 2015)	(11)	(716)
Março	Valor provisionado (*)	(88)	(3.025)
Total		(99)	(5.496)

(*) Despacho 1.061 homologado em 02 de maio de 2016

22. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de leilão	598.847	578.809	113.102	109.611
Energia bilateral	109.490	108.288	26.745	21.195
Cotas de Angra REN 530/12	37.281	37.515	7.542	6.178
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	3.631	42.595
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	470.172	411.962	26.236	12.531
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	21.215	20.934	7.852	5.369
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(25.742)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(15.939)	(13.830)
Total	1.237.005	1.157.508	169.169	157.907

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho n° 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.742.

Os valores referentes aos Despachos de março de 2016, foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2016	31/12/2015
Risco Operacional	23/10/2016	38.000	209	209
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	275	275
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até R\$ 360 /veículo	182	182
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2016	94.867	266	266
			932	932

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	106.957	106.957	115.287	115.287
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	111.259	111.259	142.683	142.683
Consumidores e concessionárias	2	285.945	285.945	287.005	287.005
Conta a receber da concessão	3	369.915	369.915	349.759	349.759
Ativo financeiro setorial	3	88.362	88.362	157.912	157.912
Instrumentos financeiros derivativos	2	144.721	144.721	84.630	84.630

Notas Explicativas

PASSIVO	Nível	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	106.208	106.208	117.739	117.739
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	787.488	789.653	851.682	852.748
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.643	21.643	19.213	19.213
Passivo financeiro setorial	3	116.297	116.297	150.537	150.537

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$8.108, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de março de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$2.166 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Fair Value Option

A Companhia e optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$125 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada 2 anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Dívida (a)	787.488	851.682
Caixa e equivalentes de caixa	(106.957)	(115.287)
Dívida líquida	680.531	736.395
Patrimônio líquido (b)	743.005	694.807
Índice de endividamento líquido	0,92	1,06

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		103.562				2.646	106.208
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,77%	140.782	81.261	588.768	154.280	27.787	992.878
Total		244.344	81.261	588.768	154.280	30.433	1.099.086

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	106.957	115.287
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	111.259	142.683
Consumidores e concessionárias	285.945	287.005
Conta a receber da concessão	369.915	349.759
Ativo financeiro setorial	88.362	157.912
Instrumentos financeiros derivativos	144.721	84.630

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 24.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o

Notas Explicativas

prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2016, com queda de 8,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,5589/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2016 era de 22,96%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2016, de R\$789.335 (R\$852.846 em 31 de dezembro de 2015), R\$487.613 (R\$530.400 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm vencimento de curto e longo prazo, out/16, e mai/19, respectivamente, e custo de até variação cambial mais 3,49% ao ano.

No balanço patrimonial de 31 de março de 2016 a Companhia apresenta no ativo circulante R\$8.809 (R\$14.799 em 31 de dezembro de 2015), R\$135.912 (R\$69.831 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante e R\$21.643 (R\$19.213 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	Libor + 1,8987%	101,00% CDI	21/09/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	Libor + 1,88%	CDI + 1,80%	27/02/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	Libor + 1,71%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	Libor + 2,50%	CDI + 1,40%	20/10/2016	-	-	Fair Value Option

Notas Explicativas

Neste sentido, no primeiro trimestre de 2016, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2017 e 2018 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2017 e 2018. Os limitadores dos swaps que forem eliminados podem ser vistos no quadro abaixo:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	3,1100 (abr)	3,3000 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	20.000	Libor + 1,8987%	101,00% CDI	21/09/2017	3,1975 (set)	-	Não Aplicável

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Swap Cambial com opções	-	234.600	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	-	392.455
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(241.347)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	-	(100.755)
Posição Total Swap Com Opções			-	50.353	

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	39.350	39.350	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(35.972)	(39.264)
Swap Cambial (Derivativo)	39.350	39.350	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	35.972	39.264
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(40.761)	(40.931)
			Posição Líquida Swap	(4.789)	(1.667)
Posição Líquida Dívida + Swap			(40.761)	(40.931)	

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	315.385	80.785	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(454.114)	(97.800)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	315.385	80.785	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	457.671	101.712
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(329.805)	(84.981)
			Posição Líquida Swap	127.867	16.731
Posição Líquida Dívida + Swap			(326.247)	(81.069)	

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados,

Notas Explicativas

descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(493.644)		(486.064)	(607.580)	(729.096)
Variação Dívida			7.580	(113.936)	(235.452)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	493.644		486.064	607.580	729.096
Variação - USD e LIBOR		Alta US\$	(7.580)	113.936	235.452
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(370.566)		(370.566)	(370.566)	(370.566)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	123.078		115.498	237.014	358.530
Total Líquido	123.078		123.078	123.078	123.078

(*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 3,5589 no cenário provável, R\$ 4,4486 no cenário 25% e R\$ 5,3384 no cenário 50%.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$123.078 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$123.078 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

A Energisa Paraíba não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,25%, TJLP = 7,5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	193.539	Alta do CDI	27.579	34.474	41.369
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(370.566)	Alta CDI	(52.806)	(66.007)	(79.209)
	(61.711)	Alta CDI	(8.794)	(10.992)	(13.191)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(130.437)	Alta TJLP	(9.783)	(12.229)	(14.674)
	-	Alta FNE	-	-	-
	(49.603)	Alta SELIC	(7.068)	(8.836)	(10.603)
Subtotal (**)	(612.317)		(78.451)	(98.064)	(117.677)
Total	(418.778)		(50.872)	(63.590)	(76.308)

(*) Considera o CDI de 31 de março de 2017 (14,25 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2016, TJLP 7,5% ao ano e SELIC de 14,25%.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$59.971.

25. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de benefício definido

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

A Companhia firmou com a Funasa contrato de assunção de dívida em 31 de julho de 2015 no montante de R\$4.994, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa - PSF. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

Notas Explicativas

Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 31 de março de 2016 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$5.632 (R\$2.876 em 31 de março de 2015).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

No período findo em 31 de março de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.127 (R\$943 em 31 de março de 2015).

26. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	499.264	635.071	627.679	657.223	587.870	9.843.863

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de março de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

27. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2016	31/12/2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	11.368	53.975
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	9.286	21.653
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	5.915	6.691
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	5.915	6.691
Aquisição de intangível com pagamento de recursos do FINAME	-	2.329
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	2.329
Aumento de capital com reservas	-	26.033

Notas Explicativas

28. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$39.535, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital incentivo fiscal - redução de imposto de renda, passando o capital social a ser de R\$526.992.

Contratações empréstimos

Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R\$10.251, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.

João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica à Companhia.